

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018



ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS

CADERNO	CARGO:
1	<ul style="list-style-type: none">• DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• PROVA DISSERTATIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 8 (oito) questões dissertativas, sendo 2 de Direito Administrativo, 2 de Direito Constitucional, 2 de Direito Penal e 2 de Direito Processual Penal. Confira-o.
2. Esta prova terá duração mínima de 2h (duas horas) e máxima de 4h (quatro horas), incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas na Folha de Respostas oficial ou no espaço próprio.
3. As respostas deverão ser transcritas, **em letra legível**, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyzxyz~~)
5. Não haverá substituição das Folhas de Respostas das Provas Dissertativas, devendo o candidato zelar pela integridade e clareza (resposta legível e sem rasuras incompreensíveis) de sua prova.
6. A identificação do candidato deverá ser feita **apenas** no espaço reservado para esse fim.
7. Será atribuída nota 0 (zero) à prova que apresentar sinais, expressões, marcas ou convenções que possibilitem a identificação do candidato.
8. Para formular as respostas, o candidato deverá observar as orientações contidas no enunciado, respeitando os **limites** estabelecidos.
9. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, devidamente assinado.
10. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **2** (duas) horas contada a partir do efetivo início das mesmas.
11. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Prezado(a) candidato(a):

Preencha com seu número de inscrição, nome legível e assine:

Nº de Inscrição

Nome

RESERVADO

Cargo

Assinatura

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Um traficante com passagem pela polícia foi detido em flagrante portando 10 gramas de cocaína; e ainda foram encontrados em seu veículo, localizado nas imediações, dois outros papелotes contendo, cada um, a mesma quantidade da droga. No momento da abordagem policial, o indivíduo afirmou não ser usuário de drogas e foi conduzido até a Delegacia de Polícia. Todavia, o Delegado de Polícia plantonista não estava presente no momento da lavratura do flagrante, uma vez que se encontrava no exercício de outra função (ministrava aulas). Dessa forma, não foi possível ratificar (ou não) a prisão em flagrante.

A partir do enunciado, **DISSERTE** sobre a conduta da autoridade policial, à luz da Lei 8.429/92, **abordando**, **necessariamente**, os princípios da Administração Pública eventualmente violados e, ainda, se o fato gera sanções.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Um detento, alcunhado de “X9” pelos demais presidiários, foi encontrado morto no interior de sua cela, restando apurado pela perícia que a causa do evento teria sido traumatismo craniano.

Sabendo-se que a vítima, uma semana antes, havia sofrido agressões físicas por parte dos companheiros de cela, situação que motivou os respectivos familiares solicitarem à autoridade policial que autorizasse sua remoção para outra ala da unidade, sob o argumento de que o detento teria afirmado estar recebendo ameaças de morte, **DISCORRA** sobre a responsabilidade estatal, à luz do artigo 37, § 6º, do CPC, **abordando, necessariamente**, se o fato impõe à Administração o dever de indenizar.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 3

Leia os textos abaixo e, em seguida, responda à pergunta:

“A ascensão do Judiciário, no contexto atual, no controle da atividade desempenhada pelos demais poderes estatais, especialmente dos atos produzidos no seio do Parlamento, apoia-se em fundados discursos que buscam legitimar a atuação da jurisdição constitucional. Contudo, esses discursos ainda carregam o peso de não serem capazes de refutar integralmente a narrativa de que o controle judicial, especialmente da atividade legislativa, não se compatibiliza com o princípio da separação entre os poderes e com a ideia de que o Legislativo é o principal responsável pela tarefa de criação do direito” (PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim. Responsabilidade do parlamentar no processo legislativo: entre a discricionariedade legislativa e os deveres de integridade e alteridade. In: BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira; PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim (Orgs.). *Direito parlamentar: discussões contemporâneas*. Belo Horizonte: Vorto, 2017).

Nos últimos anos, no Brasil, o avanço da jurisdição constitucional no controle do processo legislativo e da atividade parlamentar evidencia a necessidade de compatibilização entre constitucionalismo e democracia. Especificamente em relação aos parlamentares, o Supremo Tribunal Federal proferiu algumas decisões – entre elas a Ação Cautelar nº 4.070/DF –, impondo medidas restritivas ao exercício da atividade parlamentar, inclusive com a determinação do afastamento de parlamentares do exercício de seus mandatos, sob o fundamento principal da existência de justo receio de utilização do mandato parlamentar para a prática de infrações penais.

Pergunta-se:

Os fundamentos contidos nos provimentos jurisdicionais que impõem medidas restritivas ao exercício da atividade parlamentar, inclusive com a determinação do afastamento de parlamentares do exercício dos correspondentes mandatos, sob o fundamento principal da existência de justo receio de utilização do mandato parlamentar para a prática de infrações penais, coadunam-se com o arcabouço constitucional brasileiro e, especificamente, com o microsistema jurídico atinente aos parlamentares? **EXPLIQUE** sua resposta de **forma fundamentada**.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 3

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 4

Leia o texto abaixo e, em seguida, responda às perguntas:

Trecho do Informativo 886 do STF (2017):

ADI: amianto e efeito vinculante de declaração incidental de inconstitucionalidade

O Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou improcedentes pedidos formulados em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas contra a Lei nº 3.579/2001 do Estado do Rio de Janeiro. O referido diploma legal proíbe a extração do asbesto/amianto em todo o território daquela unidade da Federação e prevê a substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que o contenham.”

A Corte declarou, também por maioria e incidentalmente, a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995, com efeito vinculante e *erga omnes*. O dispositivo já havia sido declarado inconstitucional, incidentalmente, no julgamento da ADI 3.937/SP (rel. orig. min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. min. Dias Toffoli, julgamento em 24.8.2017).

(...)

ADI 3.406/RJ, rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 29.11.2017.

ADI 3.470/RJ, rel. Min. Rosa Weber, julgamento em 29.11.2017.

Pergunta-se:

a) **ESTABELEÇA UM PARALELO** entre a Teoria da Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade e a Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes, estabelecendo suas diferenças, se existirem, e **contextualizando** sua resposta com os julgados referidos no Informativo 886 do STF.

b) As decisões do Supremo Tribunal Federal, referidas no Informativo 886 do STF, declarando, incidentalmente, a inconstitucionalidade de dispositivo legal, com a atribuição de efeitos vinculantes e *erga omnes*, indicam ter havido mutação constitucional em relação ao disposto no inciso X do artigo 52 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988? **EXPLIQUE** sua resposta de **forma fundamentada**.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 4****RASCUNHO DE RESPOSTA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO PENAL

QUESTÃO 5

Certo dia, João Batista e Maria Madalena, em comunhão de esforços, abordaram, em via pública, três transeuntes ofertando um “jogo de panelas” supostamente importado, por preço bem abaixo do praticado no mercado, levando-os a acreditar que estariam fazendo um excelente negócio. Porém, além de o produto ser de qualidade inferior à propagada pela dupla (o que não era perceptível em um primeiro momento), quando as vítimas entregavam o cartão para pagamento na máquina portátil dos agentes, tinham os dados de seus cartões clonados. Após a realização da transação comercial, as vítimas saíam felizes com o “jogo de panelas”, enquanto João Batista e Maria Madalena realizavam saques bancários nas contas dessas pessoas. Em razão de investigação realizada pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, a dupla foi identificada e indiciada em inquérito policial alguns dias depois do ocorrido.

É sabido que, nos dias de hoje, é cada vez mais frequente a ocorrência de crimes relacionados à utilização fraudulenta de dados e à clonagem de cartões magnéticos. Partindo do caso hipotético narrado, **DISCORRA** de **forma fundamentada**, conforme a doutrina indicada no edital e a jurisprudência dos tribunais superiores, sobre a tipificação dos crimes praticados por João Batista e Maria Madalena e seu momento de consumação, **apontando**, ainda, a espécie de concurso de crimes, caso exista.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO PENAL**QUESTÃO 5****RASCUNHO DE RESPOSTA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO PENAL

QUESTÃO 6

DISCORRA sobre o crime culposo e a possibilidade de tentativa e concurso de agentes.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO PENAL**QUESTÃO 6****RASCUNHO DE RESPOSTA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 7

Mévio foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal e, após julgamento popular, foi condenado como incurso nas sanções do art. 121, *caput*, do Código Penal, com pena final concretizada em 06 (seis) anos de reclusão. Inconformado com a decisão do júri, interpôs apelação com fundamento no art. 593, inciso III, “d”, do Código de Processo Penal. Ao julgar a apelação, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso defensivo e determinou que Mévio fosse novamente julgado pelo Tribunal Popular. No novo julgamento, Mévio foi condenado nos termos da capitulação contida na decisão de pronúncia, com pena final fixada em 12 anos de reclusão. Nesse caso, haveria algum impedimento legal para que, em virtude do novo julgamento popular, Mévio recebesse uma sanção penal mais gravosa da que recebeu no primeiro julgamento? **JUSTIFIQUE** sua resposta.

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 7****RASCUNHO DE RESPOSTA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 8

Caso seja injustificadamente negado ao defensor do investigado o acesso ao inquérito policial, **QUAIS MEDIDAS JUDICIAIS** são cabíveis, **visando** à obtenção de acesso aos autos da investigação?

[máximo: 20 linhas, valor: 5,0 pontos]

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 8****RASCUNHO DE RESPOSTA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Rascunho

